SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SÃO BORJA

Rua Alberto Benevenuto, 3200 – Passo – São Borja – RS
CEP 97670-000 – TEL. (55) 3430-9850

ATA Nº 6/2020 – 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DO CAMPUS SÃO BORJA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

Início: 10h02min
Término: 11h49min
Local: Webconferência

Aos dez dias do mês de junho, realizou-se a terceira reunião extraordinária do Conselho do Campus em 2020, desenvolvida pela modalidade Webconferência, no endereço <meet.google.com/asm-wnps-jkx.>. Compareceram os seguintes membros do Conselho: Ronaldo Colvero, na presidência do Conselho; Muriel Pinto, coordenador acadêmico; Luís André Padilha, coordenador administrativo; coordenadores dos cursos: Claudete da Cruz (Ciências Humanas); Edson Paniagua (Ciência Política), Jaqueline Quadrado (Serviço Social); Denise Lima (Publicidade e Propaganda); Leandro Comassetto (Jornalismo); Lisianne Ceolin (Bacharelado em Direito), Valmor Rhoden (Relações Públicas); Sara Feitosa (PPGCIC); Carmen Nogueira (PPGPP e Curso de Licenciatura em Geografia EAD/UAB); Simone Oliveira, representante da Comissão Local de Pesquisa; Monique Soares Vieira, representante da Comissão Local de Extensão; Adriana Cantini, representante docente; Eduardo Martinez e Ricardo Linhares, representantes dos servidores técnico-administrativos; Júlia Martins e Ewerton Ferreira, representantes discentes; e, secretariando a reunião, a servidora Katia Luisa Seckler. **Pauta**: Ciclo de conscientização e formação: “Novos tempos no ensino superior durante e pós-pandemia”. O professor Ronaldo iniciou a reunião explicando que essa reunião foi agendada para discutir as propostas e possibilidades de retorno às atividades de ensino, de forma remota. Em seguida, passou a palavra ao professor Muriel. O coordenador acadêmico relatou que todos os cursos deveriam reunir-se para discutir as propostas, mas alguns cursos ainda não discutiram as questões, e depois serão trazidas para encaminhamentos na Comissão de Ensino e no Conselho do Campus os documentos com as proposições de todos os cursos de graduação do Campus. O professor Muriel falou sobre a discussão que iniciou com os gestores, em que os professores juntamente com a PROGRAD e o reitor discutiram a possibilidade de retorno de forma remota, tentando entender essa realidade. Fez um resgate do que está sendo discutido, estamos defendendo enquanto Campus que devemos pensar com bastante calma, pois vivemos um cenário muito preocupante. Aqui no Rio Grande do

Sul não temos dados tão alarmantes, mas não podemos desconsiderar o cenário nacional, com mais de 1400 mortes diárias, e muitos de nossos alunos estão vivendo no meio dessa pandemia, e estão sofrendo; o Rio Grande do Sul teve piora da situação nos últimos dias. Conseguimos inserir um grupo de trabalho comitê de monitoramento do vírus, e foi criado um GT de planejamento de um provável retorno remoto. A PROGRAD inseriu gestores de pró-reitorias, alguns representantes discentes, num primeiro momento o Campus São Borja se manifestou favorável aos coordenadores administrativos também participarem desse GT, e no primeiro momento foi negada a entrada desses servidores, mas nós defendemos até hoje porque todo o tripé ensino-pesquisa-extensão passa pelo amparo do trabalho da administração, para pensarmos o retorno. Conseguimos inserir os coordenadores administrativos, com isso, os três gestores do Campus São Borja participam desse grupo de trabalho. Esse grupo até o momento teve apenas uma reunião, que ocorreu na semana passada, e a segunda reunião será nesta sexta-feira, dia 12. Nós, enquanto Campus, estamos tomando todo o cuidado para discutir com todos os cursos, para expandir essa discussão. A PROGRAD mandou slides com o que foi proposto, e consideramos que para o retorno se efetivar, tem que ter deliberação de todas as instâncias da universidade: colegiados dos cursos, Conselhos dos Campi, comissões, Conselho Universitário. A Unipampa criou um plano, a PROGRAD apresentou um plano muito parecido com o do governo do estado para a rede pública, com cinco fases; no entanto, nos temos algumas fases desse plano que já estão em andamento. Isso nos preocupa muito. Algumas fases do processo estão em discussão, mas algumas já estão em andamento. Na primeira fase, planejamento, segunda, sensibilização e cursos de formação; agora na última decisão do ofício, nós fomos o único Campus que se absteve para discutir componentes curriculares agora, porque como vamos discutir componentes curriculares se não foi deliberado se são viáveis ou não? Claro que é um parecer dos cursos de graduação que será enviado ao GT, com subsídios. No entanto, essa discussão deve ser chancelada pelo Conselho Universitário. Estamos planejando e discutindo sobre uma coisa que não tem deliberação. Então, o que nós temos os coordenadores dos cursos de graduação, informamos sobre a situação, que tínhamos um material que não era definitivo, está ainda em discussão. Não há consenso sobre esse plano, sobre como os cursos de São Borja observam esse plano. Quais as sugestões? Alguns cursos responderam, alguns relataram, até para termos um documento. Será elaborada uma normativa da Unipampa, mas pelo que vejo ficará aberto para os cursos e para os Campi decidirem. Nós, enquanto Campus, devemos ter uma visão conjunta, a partir de todas as sugestões, como pensamos esse cenário, até para podermos discutir e reivindicar nossas pautas. O professor Ronaldo afirmou que é importante falar para todos os conselheiros que, quando somos chamados para discutir propostas relacionadas à possibilidade de volta, nós, enquanto direção, não temos nada claro, há possibilidades para sendo discutidas. Estamos hoje iniciando a discussão, depois haverá reunião da Comissão de Ensino, depois a reunião do Conselho dia 15 ou outra reunião extra se for necessário. A reitoria também continua avançando com o GT, eles têm prazos e seguem esses prazos indiferentemente ao que os Campi estão discutindo. Sabemos

também que temos dificuldade, a pesquisa realizada pela reitoria não dá credibilidade porque quem não tem acesso à internet não pôde responder ao questionário, portanto não temos uma fonte fidedigna para afirmar alguma coisa – o professor Ronaldo frisou que fala enquanto diretor e professor. As questões que devemos deixar claro: nós não estamos preparados para ensino 100% remoto, e assim por diante, o mais difícil são as incertezas, as discussões têm sido feitas no GT e nos Campi. Depois serão enviadas ao CONSUNI para votação. Há a proposta de um novo calendário em curso. O professor Ronaldo afirmou que, enquanto professor, pensa que não temos condições em 2020 para ensino presencial: não temos estrutura suficiente, temos professores que fazem parte do grupo de risco, etc.; o que ainda preocupa é: será que levam em conta a situação de cada Campus lá na reitoria? Existem os slides e um calendário da PROGRAD. A primeira reunião é propositiva, com data designada para início dos trabalhos. Os diretores e coordenadores acadêmicos em sua maioria foram contrários a essa determinação, mas até que ponto iremos resistir contra essa pressão que está por vir? Estamos trazendo para discutir e para elaborar um documento do Campus com um consenso, parece que tem até orientações sobre novas matrículas, a PROGRAD está preparando toda a estrutura para que isso aconteça, embora não tenha passado pelas instâncias. O coordenador administrativo Luís André afirmou que há um consenso no GT de que em 2020 não haverá aula presencial. Assim, têm um tratamento especial à pesquisa e a extensão. A pós-graduação já tem um calendário diferenciado, com instrução normativa para stricto e lato sensu. O GT tem reunião sexta, e uma das coisas que vai discutir, é rever datas: em 20 de julho teria atividade remota, estão revendo. Tudo sinaliza que as atividades remotas voltarão, mas quem aprova é o CONSUNI. O MEC está sinalizando que, se não voltarmos remoto, devemos justificar. Além do GT, foi criado novo grupo que trabalhará o retorno remoto. Esse grupo só trabalhará quando for definido que haverá mesmo o retorno com atividades remotas. A pesquisa e a extensão já estão em trabalho remoto. O professor Ronaldo afirmou que já estamos discutindo no Campus a retomada das atividades de pesquisa e extensão, mas o PDA cancelado porque não haveria como fazer pesquisa, pois a pesquisa que é subsidiada pela universidade não será feita durante a pandemia. Teríamos muitas pesquisas que poderíamos fazer, de forma não presencial, porém, o reitor falou que depois retornará aos alunos o dinheiro do PDA, mas primeiro deve-se investir em tecnologia. Outras questões que devem ser levadas em conta no caso de haver atividades remotas seriam: como retornar a biblioteca? Como os alunos que não participaram por não ter acesso a internet vão participar depois? No CONSUNI estaremos lá representados pelos diretores e conselheiros, discente Ewerton e professores Edson e Beras, e levaremos o que o Campus discutiu. A professora Carmen ponderou que, considerando essa questão do acesso aos alunos, quando o curso de Geografia fez uma avaliação de EAD, foi feita uma pesquisa sobre alunos da EAD, sobre eles tinham acesso ou não aos meios digitais. Havia apenas 5 alunos, de 700 alunos, que não tinham acesso a internet em casa; mas, para atender a esses casos, temos as coordenações dos polos, apoio pedagógico e tutores presenciais. Já há casos de alunos que não têm acesso, no decorrer dos trabalhos, as pessoas foram sofrendo, ou perda de emprego, com

isso não puderam mais pagar pelo acesso à internet. Com relação ao ensino presencial, a professora Carmen manifestou preocupação sobre como dar suporte a alunos que ao longo do caminho apresentam esse problema. Não teremos tutores, não teremos mediação. Como faremos as aulas remotas? Que suporte temos para termos uma boa internet, para termos um bom computador? Se tivermos uma turma de alunos, teremos suporte para melhorar nossos instrumentos de trabalho? Queremos voltar, mas de que forma? Considerando a experiência com o curso EAD, a professora manifestou preocupação com os alunos que não estão preparados e os professores que também não estão preparados. Os cursos e palestras que a reitoria oferece têm vagas limitadas, e a professora Carmen relatou que se inscreveu, mas não conseguiu de todas. Essa qualificação ofertada pela universidade não é suficiente e não é eficiente. Eles têm que nos preparar de uma forma bem mais sólida. O acadêmico Ewerton parabenizou a atuação dos professores Muriel e Ronaldo no GT, e destacou que os Campi São Borja, Livramento, Caçapava e Jaguarão foram os Campi que mais atuaram em defesa de um calendário que não lesasse tanto os alunos. Essa proposta da reitoria vai ser obrigatória, nem adianta discutir. A fala do pró-reitor de graduação é bem clara, o ensino remoto vai acontecer, o que está sendo discutido é como participar e como não lesar os que não têm acesso. A professora Maria Beatriz Luce e a professora da UFPel deram uma aula sobre o assunto na reunião de trabalho, e o reitor só falou que era o novo normal, mas não explicou como seriam feitas essas atividades. Essa pró-reitoria está bastante complicada, as representações discentes estão sendo atacadas, depois essa discussão irá para a Comissão Superior de Ensino e para o CONSUNI, mas, pela fala do pró-reitor isso está dado, vai acontecer. A representação discente deliberou que os cursos fariam consulta aos alunos, tentamos fazer essa consulta de uma página mais pessoal, para tentarmos obter um parecer. Tivemos uma baixa participação em todos os cursos. É quase unânime que os alunos não defendem calendário obrigatório, mas sim, que sejam atividades facultativas, que não substituam o calendário 2020. Não está claro na proposta da reitoria como lidar com quem não tem acesso a internet ou não quer ter atividades remotas. Todos os professores passaram em concurso para dar aula presencial. A resolução que rege as atividades da PBP não tem informação, não tem informação sobre flexibilização dos estágios, sobre como ficarão os prováveis formandos. A representação discente encaminhará ao Conselho do Campus suas ponderações, todas as representações discentes compreendem que não é possível voltar esse ano, o calendário é alternativo. Também não podemos nos calar com relação ao cancelamento do edital PDA. Também compreendermos que os professores não sejam lesados, compreendermos que essas ações podem acarretar prejuízos aos docentes. Por fim, também os alunos subscrevem a carta aberta que será encaminhada ao CONSUNI. Qualquer alternativa que não seja discutida previamente nos Campi é autoritária. Não é essa universidade que nós almejamos. A professora Adriana iniciou sua fala esclarecendo que não está se manifestando como representação docente, porque os docentes já foram ouvidos, mas que gostaria retomar alguns pontos: primeiro, entender que essa situação não tem previsão de volta. Não sabemos se retornará em 2021, é fato, não tem

o que debater a respeito. Segunda questão, o MEC já demonstrou que, se não retornar, haverá fechamento de cursos e de universidades. Terceira questão: ao optar por retorno, não temos estrutura, além de um grupo grande que é de risco. Outra questão é que todas as pesquisas são questionadas, porque são apenas pela internet, perguntando se o aluno tem acesso à internet. Absolutamente questionável. Os resultados são insuficientes. Além de olhar a situação dos alunos, deve-se olhar pra situação dos professores. Da forma como está, poderemos ter cortes. A comunidade entende que se não estamos “dando aula”, não estamos trabalhando; o que fazemos de forma remota não é visto, e isso pode ser usado contra nós. Enquanto docente, a professora roga para que tenhamos cautela, devemos resistir, mas devemos ter cautela, precisamos apresentar uma opção. Muitos não têm acesso, ou não tem equipamento ideal; mas dizer não, sem oferecer propostas, não é viável nesse momento porque não temos previsão de retorno. A professora Denise fez um relato do que foi debatido na comissão de curso de publicidade e propaganda. Primeiro, deve-se observar que, na proposta da PROGRAD, fala-se em ensino híbrido. Discutimos não usar essa nomenclatura, e sim, *ensino remoto emergencial*. Não devemos dar força ao projeto do ministro e ao Future-se, e sim, apresentar a nossa alternativa, a exemplo do que outras universidades vêm apresentando. Na mesma direção, não há condições de oferecer ensino presencial: há uma projeção, para agosto de 2020, de 166 mil mortes, isso é maior do que o número de óbitos nos EUA, estamos subindo na curva. Então não sabemos o que pode acontecer. Devemos considerar ainda as condições climáticas do inverno, o movimento dos estudantes de várias partes do país, as condições de moradia desses estudantes, que não lhes permitem distanciamento social, e não temos protocolos sobre segurança sanitária. Não temos condições de oferecer o ensino presencial. Outro fator são os professores com filhos em atividades escolares, o acúmulo de atividades, as questões técnicas de acesso à internet; não estamos tendo internet de qualidade. Temos que pensar também nos custos extras, de energia, internet, equipamentos, etc. Além disso, a realidade dos alunos não foi considerada, não conseguimos saber em sua totalidade, então pensamos que deve ter campanha interna sobre responder a essas pesquisas. Na pesquisa do curso, apenas um terço dos alunos responderam. Temos algumas proposições para subsidiar: de caráter provisório, emergencial, prazo mais amplo para preparo das atividades pedagógicas; sobre as aulas oferecidas de forma remota, não temos como recuperá-las de forma presencial; mas entendemos que de alguma forma devemos buscar estratégias para os alunos que não tenham acesso ao digital. O ensino remoto pode ser feito de forma não digital. Professores estão questionando como validar horas de ensino, pois muitos deles estão orientando TCC de forma remota. O Moodle não é plataforma atraente, segundo orientação do conselho de educação, podemos usar redes como Facebook e Whatsapp. O curso colocou também que temos professores que pesquisam a educomunicação, que poderiam nos ajudar nesse processo, e pensar também no acesso à internet para alunos mais carentes. Alguns questionamentos, em relação a presenças, isso não foi dito naquela proposta. O curso também propõe a realização de webinários, slides, se há condições de realizar encontros síncronos, garantir o máximo de acesso e ter bom senso no

volume das atividades propostas. O conselheiro Eduardo, representante TAE, afirmou que os TAEs foram contemplados por todas as falas, e afirmou que os Campi não podem apenas ser reativos em relação à reitoria, e sim, devem colocar condições claras e objetivas. A missão da universidade pública é universalizar o acesso ao conhecimento. Que o retorno remoto só ocorra se a reitoria oferecer condições a todos os estudantes. Deve-se oferecer condições de acesso para quem não tem. Como é possível fazer? Deve-se verificar se é possível fazer investimentos emergenciais. Colocar como condição acesso universal a todos os estudantes. Do contrário, estamos apenas dando acesso a alguns. Apenas se todos os estudantes tiverem acesso as atividades devem retornar. Em seguida, o diretor do Campus passou a palavra ao professor César Beras. O professor César afirmou que, primeiro, temos que entender que devemos escapar da armadilha, isso é uma questão colocada pelo governo federal, que a reitoria está colocando: não se trata de ser contra o a favor de voltar às aulas; *todos querem voltar*, a questão é *quando* isso pode acontecer. Estamos trabalhando, não estamos dando aula remota, mas estamos tentando enfrentar essa situação. Essa proposta de iniciar aulas remotas em 20 de julho nos assusta, causa apreensão nos colegas, gera confusão. Quando apresentamos propostas, não é que não sejamos a favor de voltar, e sim, não podemos pactuar com um processo atropelado. Estamos primeiro em situação de pandemia que não se resolve de hoje para amanhã. Ensino presencial está ameaçado. Precisamos pensar nesse processo e em nossas condições emocionais. As pessoas estão desempregadas, os sistemas de internet estão ruins, muitas pessoas têm familiares afetados - ou sofrendo com a doença, ou desempregados. Estamos desenvolvendo sensibilidade. Se um aluno sai de casa para poder acessar internet da casa do amigo, isso é muito perigoso. Já temos processo de evasão. A Unipampa tem sofrido com falta de bolsas, estamos em região distante de grandes polos; se fizermos um arremedo de trabalho remoto, com processo de tele-aulas, com isso vamos gerar problemas cognitivos. Nesse estado de exceção, temos de ter cautela. É uma forma de ensino precarizada; não temos garantia de acessibilidade de todos os alunos; como ofertar todo um novo processo educativo em aproximadamente 15 dias? Esse processo de precarização pode ser para ficar. Se “funcionar”, pode continuar. E aí vamos mudar a natureza do ensino público. Precisaríamos de uma série de ferramentas. Não pode ser a qualquer custo. Devemos resistir, vamos pensar em condições. Além de condições de quem não puder participar, ter recuperação garantida imediatamente. Quando o aluno não consegue porque não passou, é uma coisa, mas com relação à pandemia, é uma situação totalmente diferente. O professor Beras encerrou sua fala afirmando que ele, bem como os demais membros do Consuni que são do Campus São Borja, conselheiros Edson e Ewerton, são contrários a essa proposta como foi apresentada, e irão resistir. O professor Edson afirmou que todas as questões colocadas nesta reunião são pertinentes, o Campus vai sair com uma ação amadurecida. Essas questões estão sendo atropeladas e desconsiderando cada Campus. No curso de Ciência Política, apenas 20% dos alunos responderam a pesquisa sobre retorno das atividades de forma remota; e, dos 39 alunos que responderam, apenas 19 manifestaram interesse ou disponibilidade. Precisaríamos ter aferido no

Campus a real possibilidade. Quando se faz a crítica da pesquisa da reitoria, é porque dá ideia da possibilidade de retorno, mas não considera nossos números. Outro ponto, como falou a professora Denise, é nossa instrumentalização, parece que nós é que vamos ter de viabilizar. Outro ponto, levantado pela professora Adriana, é que apenas não propor nada é perigoso. Como o Campus está pensando essas alternativas, e os alunos que não tiverem acesso? Como proporcionar? E como proporcionar aos demais alunos realizarem as disciplinas posteriormente? Estamos trabalhando intensamente. Estamos fazendo muita coisa, essa posição do Campus deve estar calcada em elementos factíveis, sobre os quais cabe à pró-reitoria nos responder. A forma como foi estabelecida é no mínimo autoritária, não considerou os Campi nesse momento. Não se trata de não discutir, mas sobre como vamos fazer. A conselheira Julia, representante discente, afirmou que todos nós sabemos que não tem como parar, esse ensino remoto tem que acontecer, mas devemos pensar sobre como seria uma aula EAD para os alunos do presencial: além da internet, precisa-se de espaço para ter um ensino adequado, e muitos não têm acesso a isso. a acadêmica Júlia manifestou que concorda com todas as falas até o momento, e afirmou que nós precisamos, mesmo não concordando, dar opções. Tivemos pauta do Conselho, retorno às aulas, esperar a reunião da reitoria. Isso já estava preparado antes de terem ouvido as pautas que os representantes ouviram. A saúde mental deve ser pensada. Todas as pessoas tiveram de se reinventar, muitos tiveram de voltar a trabalhar, as pessoas não estão apenas “procrastinando em casa”. A Unipampa vai oferecer um curso para os alunos e professores aprenderem a lidar com essas plataformas? Teremos projeto de saúde mental, apoio psicológico? Quem tem aula em período integral, como fica? Ontem nós tivemos reunião dos discentes, já foi deixado bem claro, tem que acontecer o chamado “ensino híbrido”, mas temos que mostrar nossa voz, como atender os alunos que não têm acesso? Então, devemos pensar em padronizações do ensino, que pelo menos as aulas sejam facultativas se não houver acesso para todos os alunos. Tem alunos que não teriam o mesmo desempenho. Se um aluno se inscreveu pra aula presencial, ele tem suas razões, temos de nos posicionar, levando nossas propostas, nossas ideias. O professor Leandro relatou o que fora discutido no curso de Jornalismo, mas antes, fez suas colocações: uma das preocupações dos professores foi com o projeto da Unipampa diante disso tudo, pois, dependendo da posição que nós tomarmos, o próprio projeto da Unipampa pode estar ameaçado. O discurso em voga desse governo é de fazer uma espécie de redução das instituições. Temos preocupação muito grande com isso, pode dar motivo para que ações indesejadas ocorram. Não temos a fórmula mais adequada para essa retomada, mas entendemos que é possível fazer alguma coisa, inclusive como resposta à sociedade, até porque essa sociedade tem uma imagem totalmente equivocada dos servidores públicos. Há uma pressão por parte da sociedade, há uma pressão por parte de alunos, não em sua totalidade, há pressão de professores, e do governo. Não só o governo federal: podemos pensar em casos de estados, municípios, todos pensando em alternativas. Então devemos ter em mente a pressão que está sobre todos nós. E também ver o quer outras universidades estão fazendo. O professor Leandro comentou que havia feito uma

pesquisa sobre o que as demais instituições federais vêm propondo: a UFRJ pensa em forma remota e presencial reduzida; UFRN está ministrando componentes optativos; a UFMG propôs retorno emergencial escalonado; a UFRGS, priorizar os alunos concluintes. Temos outras IFES que já decidiram pela volta remota, e o professor Leandro manifestou sua preocupação sobre como o governo vai nos enxergar, pois somos uma universidade que ainda que não se consolidou, sabemos que tipo de retaliação pode vir a nós. O coordenador do curso de Jornalismo afirmou também que entende a pressão vivida pela reitoria: eles devem estar em pressão terrível, há muitas falhas, eles têm que apresentar uma proposta, e aí cabe a nós, pessoas com capacidade de discutir, de debater todo esse plano, como podemos incluir o máximo de alunos possível. Não é só apenas falar que estão fazendo tudo errado, que seguem determinada orientação política, mas sim, pensar na melhor solução para todo mundo. O professor fez também algumas críticas a discussões do sindicato dos docentes, como, por exemplo, pegar a fala do ministro Sales, isso partidariza a discussão. Estamos trabalhando numa questão emergencial. Estamos tentando encontrar uma saída para tudo isso. O professor ressaltou que não é um entusiasta da EAD, pois como avaliador de cursos pelo INEP, tem presenciado muitos cursos e trabalhos de péssima qualidade; e ressaltou que não quer que façamos um trabalho ruim, temos capacidade para oferecer um bom trabalho. Não somos a favor de como esse ministro e esse presidente vêm conduzindo essas questões, repudiamos tudo isso, mas não podemos cair num partidarismo. Semana passada, em uma postagem em rede social, o professor se posicionava como professor, e teve alguns que fizeram um pandemônio, atacando a integridade moral do professor, pessoas para quem nunca deu aula. Temos as “Sara Winter” tanto de esquerda quanto de direita. Temos que ter muito cuidado na hora de decidir. O professor opinou ainda que existe certo lobby do sindicato em relação aos conselheiros. Não queremos excluir ninguém, tentar incluir o máximo possível, discutir esse plano da reitoria. Temos obrigação moral de oferecer alguma coisa. E se não voltar em 2021, vamos ficar “parados”? Se, porque se um não quer, ou não pode, por que outra pessoa seria prejudicada? Esse que pode ter aula, faz aula, e quem não pode ter aula, que ele tenha possibilidade de recuperar posteriormente. Não queremos deixar nenhum aluno para trás; mas, se pensarmos: “porque eu não posso, então ninguém pode”, há egoísmo nessa fala. Temos que olhar os dois lados; os outros depois serão recuperados. Com relação ao que foi debatido no colegiado do curso de Jornalismo, o consenso entre os professores é de que todos estão ao lado da educação, do ensino público, e nosso entendimento é que temos condições de ofertar alguns componentes curriculares de forma remota, boa parte de nossos professores tem qualificação para isso. Dos 13 votos do curso, 10 foram a favor de ofertar atividades de forma remota. Houve 1 voto contrário, e 2 votos pela oferta apenas de componentes facultativos. Sem radicalismo, analisar a situação com cautela. Se não podemos dar munição para um governo que quer nos destruir, devemos discutir as condições reais da nossa universidade. Ser solidários e nos ajudar. Se tivermos que voltar, apenas em setembro ou outubro, o importante é que comece essa discussão. O professor Ronaldo ressaltou que todas as discussões aqui estão sendo registradas em Ata. Temos de encerrar, após

a reunião aguardaremos o posicionamento de todos os cursos, e, na reunião do dia 15, elaborar uma proposta com referência a essas questões. O diretor do Campus passou a palavra à professora Elisângela, que falou sobre o encaminhamento no curso de Serviço Social colaborando com professora Jaqueline, que teve problema de acesso à reunião - isso já responde à nossa dificuldade, mesmo como professores. Começamos discutindo o ofício da PROGRAD, sobre quais componentes podem ser ofertados remotamente. Durante o diálogo, chegamos à conclusão de que deveríamos ter uma discussão anterior. Nós nos apegamos a documentos da reitoria, onde é manifestado que é uma questão processual amplamente discutida. Foi a primeira vez que nos reunimos para discutir o cenário e chegamos à conclusão de que, se respondêssemos, estaríamos concordando com o calendário e com metodologias que não foram explicitadas. Vários professores manifestaram que o ofício não deixava clara a materialização da oferta. Um documento para a comissão de ensino, no máximo até segunda-feira, estávamos praticamente “assinando um cheque em branco”: essas são as disciplinas, e depois veremos o processo de materialização. Não se trata de ser contra ou a favor, mas de primeiramente entender que condições nós teremos para essas atividades remotas. Um ponto criticado é o calendário, comprimir quatro meses em dois meses e dias semanas, estranha em termos de qualidade de ensino. Também foi apresentada a pesquisa dos alunos de Serviço Social, de 140 alunos, 72 alunos responderam. Embora questionando que algumas pessoas não tenham acessado, mesmo a maioria tendo avesso, 90% se manifestaram contrário, em respeito aos colegas que não têm acesso, e pensando na qualidade de ensino. Não concordamos com esse calendário espremido. Parece que a Unipampa quer que nós demos conta de dois semestres em curto espaço de tempo. Não é sem acesso a tecnologia, não é espremendo o calendário. A professora Elisângela propôs a seguinte reflexão sobre a opção de calendário ou oferta optativa: primeiro promovemos divisão de classe. Isso não é egoísmo, e sim, sensibilidade. Além disso, temos corpo docente e estrutura para dar conta? Os professores de Serviço Social encaminharão até segunda-feira o documento com suas opiniões. A professora ainda relatou que, na reunião do curso, havia comentado que, de certa forma, se sentiu assediada moralmente, quando nos colocam nessa correria para tomar importantes decisões sobre ofertar ou não, sem termos respostas. Com o posicionamento do professor Muriel na Comissão de Ensino, a professora se sentiu confortada no sentido de que os membros dessa comissão entendem que não podemos tomar decisões atropeladamente, que levarão ao GT e a instâncias que não estamos nos opondo, mas que queremos respostas sobre uma oferta que seja qualificada e que não prejudique a comunidade acadêmica. Esse não é um processo que se resolve num calendário. Enquanto não for votado no CONSUNI, ela é passível de retrocesso ou de alteração. O professor Edson afirmou que, enquanto membro do CONSUNI, no segundo mandato, sempre teve autonomia e responsabilidade, em função de suas atribuições como conselheiro e como servidor público. A forma como vêm chegando as ações, ela nos atropela, e desconsidera todo nosso trabalho. Essa situação gera incertezas. Não temos respostas. Os campus é que darão respostas, para que o GT possa trabalhar com mais segurança. Ninguém é contra, mas estamos nos perguntamos como

fazer, para que possamos iniciar da melhor maneira possível. De fato vivemos momentos sombrios, mas vamos vencer isso. O conselheiro Eduardo fez um convite para todos acessarem as informações do congresso da ANDIFES, na qual ele participa como voluntário, antes era gestor de comunicação, como diretor da ACS, mas desde agosto de 2019, quando deixou o cargo da reitoria, permaneceu como voluntário da ANDIFES, para informar do trabalho que fazemos remotamente, sendo responsável pela compilação dos dados. Está recebendo diariamente de todas as universidades esses dados, e ressaltou que é um membro da Unipampa que compila esses dados para a ANDIFES. O conselheiro reforçou o convite para participar do Congresso Virtual da ANDIFES, sobre realidade e futuro das universidades federais, que ocorrerá nos dias 17 e 18 de junho, e no dia 17 teremos uma fala. O professor Ronaldo encerrou a reunião afirmando que a direção do Campus aguarda o material de todas as representações, para ser apresentado e debatido no Conselho do Campus dia 15 de junho, e ressaltou que os conselheiros, técnicos, professores e alunos, todos defendem a posição do Campus. Não havendo mais assuntos a serem tratados, foi encerrada a reunião e, para constar, foi redigida a presente Ata, que será assinada pelo presidente do Conselho, pelos conselheiros presentes e por mim, Katia Luisa Seckler, secretária executiva no Campus São Borja.